

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.709 - RS (2019/0194313-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : **SACAGI PARTICIPACOES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO DORFMANN ARANOVICH - RS006163**  
                  **SAMUEL FIRMINO BALLESTER - RS077032**  
**RECORRIDO** : **COPROFAR COMERCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA**  
**ADVOGADO** : **DAIANE GOMES PALMA - RS075361**  
**RECORRIDO** : **GANG COMERCIO DO VESTUARIO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **NICOLA STRELIAEV CENTENO - RS051115**  
                  **MARCUS VINICIUS COELHO SILVA KRUEL - RS062020**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC/2015.

1. Ação de consignação em pagamento.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, é imperativa a rejeição dos embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. Quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedente da 2ª Seção.
5. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por SACAGI PARTICIPACOES LTDA com fundamento na alínea "a" do permissivo

constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 07/02/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 12/07/2019.

**Ação:** de consignação em pagamento ajuizada por GANG COMERCIO DO VESTUARIO LTDA em face de COPROFAR COMERCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA e SACAGI PARTICIPACOES LTDA na qual requer a autorização para depósito de valor de aluguéis.

**Sentença:** julgou procedente o pedido e declarou extinta a obrigação da parte autora em relação aos locatícios consignados.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta por COPROFAR COMERCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA e deu provimento à apelação interposta por SACAGI PARTICIPACOES LTDA para majorar os honorários advocatícios de sucumbência fixando-os em 10% sobre o valor da causa da lida secundária estabelecida entre COPROFAR COMERCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA e SACAGI PARTICIPACOES LTDA, nos termos da seguinte ementa:

"APELAÇÃO. LOCAÇÃO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. IMÓVEL VENDIDO EM HASTA PÚBLICA. DIREITO DO ARREMATANTE AOS LOCATIVOS. POSSIBILIDADE.

O arrematante de imóvel tem o direito de receber os valores relativos ao aluguel a partir da lavratura do auto de arrematação, independente da formalização do registro imobiliário. Precedentes do STJ. PREQUESTIONAMENTO.

Desde que lavrado o auto de arrematação, não há falar em direito do ex-proprietário de usar, gozar e dispor da coisa, como pretende o apelante, inexistindo afronta ou negativa de vigência aos dispositivos constitucionais e legais prequestionados (fl. 314), estando a decisão em conformidade com o entendimento do STJ sobre o tema.

AÇÃO BIFÁSICA. SUCUMBÊNCIA DEVIDA.

Como a apelada Coprofar impugnou o direito da arrematante ao recebimento dos valores consignados pela locatária do imóvel alienado judicialmente (objeto do recurso por ela interposto), dando causa à instauração do litígio, arcará com o custo do processo e honorários advocatícios devidos, também, ao procurador da apelante Sacagí.

Prequestionamentos prejudicados.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Apelação da Coprofar desprovido. Apelação da Sacagi provido." (fl. 356, e-STJ).

**Embargos de Declaração:** opostos pela recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** as razões recursais alegam violação dos arts. 85, § 2º, 489, § 1º, IV, e 1.022, II, e parágrafo único, II, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, a negativa de prestação jurisdicional, a deficiência de fundamentação e a aplicação da regra de fixação de honorários sucumbenciais entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do proveito econômico, tendo em vista que o direito ao recebimento de aluguéis confirmam a existência de proveito econômico quando da procedência da ação.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

### **1. Da violação do art. 1.022 do CPC/2015**

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos supostos pontos omissos e contraditórios quanto aos honorários advocatícios, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

## **2. Da violação do art. 489 do CPC/2015**

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

## **3. Da hipótese dos autos**

Cuida-se de ação de consignação em pagamento ajuizada por GANG COMERCIO DO VESTUARIO LTDA em face de COPROFAR COMERCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA e SACAGI PARTICIPACOES LTDA em que, em primeira fase consignatória, extinguiu a obrigação em favor do devedor pelo pagamento mediante depósito em juízo; e em segunda fase, definiu-se a titularidade sobre o crédito consignado em favor da SACAGI PARTICIPACOES LTDA, majorando os honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre o valor da causa da lida secundária estabelecida devidos por COPROFAR COMERCIO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA.

Consoante se extrai dos autos, a agravante pleiteou a majoração dos honorários sucumbenciais para os patamares previstos no artigo 85, § 2º do CPC/2015, por entender que a decisão embargada afastou a aplicação da regra geral (condenação ou proveito econômico) e utilizou a regra subsidiária (valor da causa atualizado) sem explicitar as razões pelas quais entendeu não ser possível a mensuração do proveito econômico.

O acórdão que julgou os embargos de declaração assim esclarece:

"No caso, inexistem as alegadas omissão e contradição a serem dissipadas, estando evidente que o embargante não se conforma com a decisão que não utilizou como base o proveito econômico para a fixação da verba honorária; e, na verdade, pretende rediscussão da matéria, a fim de ser dada interpretação que ele entende mais adequada ao caso, o que é incabível por meio de embargos declaratórios." (fl. 378, e-STJ).

## **- Da orientação consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça**

A 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp

1.746.072/PR, em 13/02/2019, uniformizou o entendimento desta Corte acerca da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido para o CPC/2015, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III)

do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. (...)

Inicialmente, da leitura dos trechos acima, verifica-se que no CPC/2015 as hipóteses de arbitramento de honorários por equidade foram restritas às causas: (i) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou quando (ii) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

Por conseguinte, na aplicação conjunta dos §§ 2º e 8º do art. 85, foi estabelecida uma ordem de preferência para o arbitramento da verba honorária: (i) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); **(ii) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (ii.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (ii.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (iii) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).**

Logo, o acórdão recorrido divergiu do entendimento atual do STJ, e nesse ponto específico, ressalvado o entendimento desta Relatora, há de ser reformado, a fim de que a situação do vencedor adeque-se ao entendimento firmado pela 2ª Seção no referido julgamento.

Portanto, com fundamento na Súmula 568/STJ, o recurso deve ser provido, no ponto, para determinar a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor do proveito econômico.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, "a" do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, para fixar os honorários de

# *Superior Tribunal de Justiça*

sucumbência em favor de SACAGI PARTICIPACOES LTDA em 10% sobre o valor do proveito econômico.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora

